

# A questão do ensino

Em editorial no correr desta semana, o Jornal de Brasília teve oportunidade de abordar deficiências e omissões de que ainda padece a universidade brasileira. Outras reflexões agora precisam ser feitas, a propósito do sistema educacional do Brasil, na atual fase em que dentro e fora do governo há uma discussão a respeito das novas taxas de anuidades das escolas particulares de todo o país. Não se faz necessário entrar na análise do mérito dessa questão, pois ela envolve aspectos os mais diversos, em torno dos quais as partes envolvidas na disputa acabarão por chegar a um entendimento. Pelo menos, é o que se espera.

O Brasil é um país de extenso território e com regiões as mais variadas, nas quais convive uma população que hoje gira em torno dos 130 milhões de habitantes, com mais da metade representada por uma população infantil, em idade escolar ou em vias de ser. Ao lado disso, apesar dos esforços empreendidos, não conseguimos até aqui apagar do nosso país a triste nódoa representada pela mancha do analfabetismo, que nos acompanha há séculos. Recentemente, o governo, por iniciativa do Congresso, resolveu reservar parcela substancial do seu orçamento para a educação, que se constitui numa decisão que só aplausos pode merecer.

Para atender a dispositivo constitucional, o estado — na medida das suas possibilidades — procura oferecer ensino primário gratuito a todos os brasileiros. Em várias regiões, principalmente naquelas situadas em áreas mais desenvolvidas, a escola pública já atingiu um bom nível de qualidade. Mas a situação não é uniforme em todo

o país, o que gera graves distorções e deficiências no ensino e até na questão da formação de profissionais qualificados.

JORNAL DE BRASÍLIA  
6 NOV 1961

Dada a extensão do nosso território, diversidade das regiões e devido também à limitação dos recursos do estado, o ensino público de 1º e 2º graus não cobre todas as necessidades impostas pelas exigências de nossa realidade social. É aí que entra a escola particular, a qual presta inestimáveis serviços a vários setores da sociedade nacional. Embora seu papel muitas vezes não seja realçado com justiça, ela cumpre missão importante na formação de milhares de jovens brasileiros, que chegam anualmente ao mercado de trabalho. Complementa a ação da escola pública e preenche vazios que o estado não pode e nem tem condições de ocupar. Vale ainda destacar o serviço que nesse sentido cumprem os educandários mantidos por instituições religiosas, alguns dos quais se constituem até esta data em matrizes da formação de novas lideranças nacionais. São instituições modelares, às quais muito deve o Brasil.

Há ainda quem advirta, e com razão, que do ponto de vista político a exclusividade da educação mantida pelo estado é característica fundamental dos regimes totalitários, que tentam moldar as mentes ao seu estilo e propósitos, o que não é o nosso caso, pois optamos por um sistema político democrático. Por razões assim do mais alto interesse público, faz-se necessário preservar a escola particular, a fim de que ela continue oferecendo à comunidade os serviços que as novas gerações de brasileiros dela exigem.